

9. A reparação a despeito de si mesma: traições psicológicas na Colômbia pós-conflito¹

Fredy Mora-Gómez

Steve D. Brown

Introdução

O processo de paz colombiano entre o Estado e os líderes das *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia* (FARC) aparentemente deu fim formal, em 2016, ao conflito armado. Contudo, durante esse processo, continuaram a ocorrer confrontos armados entre o exército, guerrilheiros, grupos paramilitares e novos grupos urbanos constituídos de guerrilheiros desmobilizados e militantes paramilitares (BACRIM). Em termos internacionais, a Colômbia agora aparece como uma nação “pós-conflito”. Isso significa que o Estado enfrenta a considerável tarefa de lidar com o legado de décadas de violência, que afetou a população rural de maneira desproporcional. Em 2017, os registros oficiais listavam 6.590.000 pessoas como deslocadas à força (IDMC, 2017, 31 de dezembro). Desde 2011, com a aprovação da *Lei das Vítimas* (LV), o Estado tem a obrigação legal tanto de compensar as vítimas quanto de assistir na devolução da terra aos seus ocupantes deslocados. A primeira dessas tarefas é supervisionada por um órgão estatal conhecido como *Unidade de Atenção e Reparação de Vítimas* (UARIV). Entre 2014 e 2016, a UARIV desenvolveu uma série de ferramentas psicossociais para a avaliação das necessidades das vítimas e da magnitude de seu sofrimento e dano. Essas são associadas, através de uma série de métricas, a uma escala móvel de compensações financeiras e de outros tipos, que são administradas mediante o cumprimento de diversas condições (FRANCO-GAMBOA, 2016; IBAÑEZ; VELÁSQUEZ, 2006).

Esse é o contexto no qual profissionais psicossociais, sobretudo psicólogos, ainda operam na Colômbia. A situação de “pós-conflito” e de reconciliação demanda a mobilização de conhecimento psicológico para a identificação das necessidades das comunidades afetadas pelo conflito, muitas das quais migraram internamente para os centros urbanos do país após seu deslocamento das áreas rurais. Profissionais psicossociais determinam conjuntamente como as experiências de violência

¹ Tradução de Filipe Carijó e revisão de Maria Clara de Almeida Carijó

incorporadas pelas pessoas podem ser diretamente ligadas a aspectos historicamente documentados do conflito, e, portanto, quais delas dão a um indivíduo direito à assistência estatal.

O que vemos aqui é uma versão aplicada do conhecimento psicológico que é incorporado em um conjunto de ferramentas e dispositivos que têm o propósito declarado de assegurar a paridade no tratamento das vítimas e na administração da compensação. Contudo, uma força de trabalho psicologicamente informada de dimensões consideráveis é necessária para que se implementem e administrem essas ferramentas. A tentativa de criar uma medida comum por meio da qual se possa calcular, de maneira segura, a violência múltipla, variada e grotesca à qual as vítimas foram submetidas tem encontrado dificuldades. Uma delas, não a menor, é o fato de que as vítimas em busca de reparação têm necessidade de contar suas histórias e de serem ouvidas. Embora o processo de implementação da Lei das Vítimas possa parecer comprometido com essa necessidade, ele também está, em grande medida, sob o jugo do imperativo tecnocrático de conversão dessas histórias em padrões (LAMPLAND; LEIGH STAR, 2009; LAWRENCE; RUFFER, 2015) e da memória histórica que elas constituem em um conjunto de casos e decisões com que se pode lidar e que se pode conduzir a um fechamento (MORA-GÁMEZ, 2016). Nesse sentido, a reparação não é apenas uma questão de reconhecimento da memória histórica da violência, mas também um projeto de reestruturação social e econômica informado pelos valores neoliberais de empreendedorismo e autoconfiança. Como o conhecimento psicológico é de suma importância para a implementação da Lei das Vítimas, ele opera dentro desse projeto de Estado mais amplo.

Psicólogos, é claro, têm participado de bom grado de programas ideológicos. Exemplos são o uso da teoria e da prática psicoterápica na Alemanha Oriental socialista antes da queda do Muro de Berlim (LEUENBERGER, 2001) e as declarações de apoio, por figuras importantes da American Psychological Association, no contexto da primeira Guerra do Golfo (ver HOBFOLL et al., 1991). No Reino Unido, alguns psicólogos clínicos, notadamente David Clark, foram entusiastas do programa *Acesso Expandido às Terapias Psicológicas (Improved Access to Psychological Therapies – IAPT)*, que oferece intervenções de curto prazo em terapia cognitivo-comportamental. O IAPT foi explicitamente formulado como uma “medida de contenção de gastos”, projetado para aumentar a produtividade, diminuir o custo do bem-estar social através da redução do número de requerimentos de benefícios e para encorajar os clientes a

comprometerem-se com formas de autogerenciamento de “baixa-intensidade”, como formas de autoajuda guiada (CLARK, 2018). Tal como notado por um grande número de críticos, essa abordagem anda de mãos dadas com valores neoliberais e com o propósito ideológico mais geral de encolher a escala do estado de bem-estar social (SCOTT, 2018).

Nosso propósito neste capítulo não é simplesmente desqualificar o comprometimento da psicologia com a reforma neoliberal social e econômica como um juízo ideológico. Não apenas isso levantaria o problema um tanto desencorajador – e já bastante discutido – do ponto até o qual uma filosofia individualista é ainda central à gramática conceitual básica da psicologia, como também simplificaria o que a nós parece um complexo conjunto de relações entre a produção do conhecimento psicológico, o desejo de lidar com o trauma e o sofrimento e o trabalho de servir de testemunha à memória histórica. Ao invés disso, nossa questão é a de como o projeto epistêmico da psicologia se entrelaça, de um lado, com uma grande maquinaria de Estado e, de outro, como uma proporção significativa da população, que leva suas histórias e seus corpos feridos para avaliação e assistência psicológicas, na esperança de constituir uma relação pessoal diferente com o Estado. Nesse caso, a psicologia é um intermediário, um espaço e uma prática de tradução em que duas ordens de existência muito diferentes – uma visão socioeconômica do Estado pós-conflito e as testemunhas de uma memória histórica não resolvida – vêm a encontrar-se. Como mostraremos, a tradução dessas ordens diferentes pelo meio da psicologia produz consequências inesperadas, que têm como efeito, por vezes, uma reparação “a despeito de si mesma”.

O capítulo consiste em relatos etnográficos organizados, retirados de uma etnografia mais extensa dos *Centros de Reparación de Víctimas*¹⁶⁷. Tais relatos percorrem uma série de localidades na Colômbia. Eles são precedidos de uma descrição muito breve da maneira como a assistência psicossocial se relaciona com outros procedimentos administrativos ditados pela *Lei das Víctimas* e são seguidos de uma discussão mais ampla do papel complexo que a assistência psicossocial tem nos “acordos” de um estado de pós-conflito.

¹⁶⁷*Centros de Atención a Víctimas*, também conhecidos como *Centros Dignificar, Unidades de Atención y Orientación* ou *Centros Regionales de Atención*. Os nomes mudam de acordo com a localidade e com a administração pública. Esses centros são responsáveis por receber os requerimentos de registro no *Registro Único de Víctimas* e por encaminhá-los às agências da Unidade de Assistência às Víctimas, localizada em Bogotá, D.C.

Psicologia para avaliação administrativa

A *Lei das Vítimas* (LV) é o estatuto de acordo com o qual se realiza o registro, o gerenciamento e a compensação das pessoas afetadas pela violência e pelo deslocamento na história colombiana recente. A LV tem uma história complexa (ver MORA-GÁMEZ, 2016), fruto de debates políticos ocorridos nos anos 90 entre uma gama de atores estatais, voluntários internacionais e de movimentos sociais. Houve bastante debate, e um número considerável de concessões precisou ser feito por esses atores para que ela se tornasse lei. Uma das questões centrais foi a relutância, por parte dos partidos no poder e da Câmara de Deputados, em aceitar um processo de compensação que colocasse ações sancionadas por militares e pelo Estado em pé de igualdade com ações realizadas por guerrilheiros e facções paramilitares. Outra questão dizia respeito ao período coberto pela lei. Por uma série de razões relacionadas à cronologia dos eventos centrais do conflito, terminou-se elegendo o dia primeiro de janeiro de 1985.

No coração da implementação da LV está o *Registro Único de Vítimas* (RUV), que pretende listar todas as pessoas cujos Direitos Humanos (definidos por padrões internacionais) foram violados ao longo do conflito. O registro é o primeiro passo para ser reconhecido como uma pessoa com direito legal à reparação – uma “vítima” oficialmente sancionada. A reparação pode assumir a forma de uma compensação monetária, juntamente com uma “assistência psicossocial”. Na prática, obter um registro no RUV é um processo complexo, que envolve um procedimento de avaliação realizado em centros regionais e que é supervisionado pela UARIV. O registro envolve o preenchimento de múltiplos formulários, além de entrevistas e outras formas de avaliação. Amplos conjuntos de evidências (como registros policiais e médicos) são exigidos para que as alegações sejam consideradas substanciadas. E absolutamente nada é possível na ausência de uma “cédula”, a carteira nacional de identificação colombiana, requisito de qualquer processo administrativo formal (RESTREPO *et al.*, 2013).

O relato a seguir é oriundo de uma visita, feita pelo primeiro autor, que acompanhava Elias – que requeria assistência em um centro urbano de avaliação. Durante a visita, Elias, que realizava procedimentos para o requerimento, recebeu do promotor público uma notificação trágica, fadada a alterar o status de seu registro. A carta oficial dizia que sua mulher fora encontrada morta. O promotor pediu-lhe que se

dirigisse à agência em Bogotá para que obtivesse maiores detalhes e para que desse início a demais procedimentos administrativos. Elias explica a situação da seguinte forma:

Bem, de certa forma, isso não é novidade alguma, eu sempre soube, talvez agora sejamos alocados na divisão de *Homicídios* e tudo melhora, mas... mas... (Elias suspira). Mas agora preciso fazer outro requerimento, para um psicólogo da Unidade que dá notícias ao meu filho, espero que não demore demais, vou investir esse dinheiro num negócio pequeno (...) Também vou guardar um pouco de dinheiro para pagar a escola do meu filho, claro.

Elias, que não se deixa abalar, solicita aconselhamento psicológico para contar a seu filho sobre a morte de sua mãe. Mas, quando descobre, junto à UARIV, que haverá um tempo de espera de ao menos dois meses, decide, ao invés disso, participar de uma prática realizada por uma universidade local, que lhe dará assistência gratuita.

O que vemos aqui é a psicologia sendo usada primariamente como uma ferramenta para a “triagem” burocrática daqueles que requerem registro no RUV. Constitui-se uma escala de valores, que organiza algumas das piores e mais terríveis formas de experiência humana. O conhecimento psicológico ajuda a organizar o caos do conflito, traduzindo-o para os termos de um problema administrativo a ser gerido primariamente por meios econômicos. Mas ele também cria um tipo de pausa ou suspensão, um hiato entre o registro do requerente e sua obtenção de status de “vítima”.

A avaliação mantém os requerentes em um status de incerteza, no qual suas experiências são registradas, mas não propriamente reconhecidas. Como vemos ocorrer com Elias, isso torna impossível que se lide adequadamente com o sofrimento e a angústia, ao menos antes que o processo administrativo se complete. O conhecimento psicológico, portanto, tem por foco primário a categorização, ao invés da satisfação da necessidade das pessoas categorizadas.

Além de mediar o registro, o conhecimento psicológico participa do planejamento e da administração das compensações. Isso se dá na forma de um acordo entre o governo e as Vítimas reconhecidas, tal que a compensação tem por condição a anuência a termos específicos. Esse acordo é chamado de *Plano de Assistência e Reparação* (PAARI). Independentemente de a reparação ajudar ou não as Vítimas a “encontrar uma vida digna” (PAARI, p.29), o processo efetivo envolve a reconfiguração do trabalho de modo a torná-lo mais adaptado aos novos ambientes de trabalho urbanos. Ao invés de ajudar as pessoas a conceber o seu plano de reparação, o governo parece está-las encaixando em seus próprios projetos. Através de um

recrutamento de profissionais de psicologia, o PAARI legitima a noção que o governo tem de reparação e restituição de direitos. A reparação oferecida pelo Estado torna-se uma maneira de organizar as pessoas que ocupam o território nacional ao gerir suas habilidades e alinhar sua força de trabalho a projetos de produção e a compensações condicionadas. Aqui, os requerentes registrados são implicitamente forçados a tornar-se produtivos, recrutados através da promessa de que se tornarão trabalhadores urbanos, empreendedores e investidores. A mesma promessa inevitavelmente os prende à cidade como força de trabalho desqualificada, enquanto supostamente se faz um investimento em sua qualificação. Assim, as compensações reparatórias aparentemente incondicionais, oferecidas sob as narrativas da *Lei Humanitária Internacional*, são traduzidas para formas de governança e de investimentos que recrutam empregados já registrados para atividades rentáveis e indicadores numéricos. A captura bem-sucedida das informações das pessoas determina os limites e a extensão da reparação na Colômbia, e a psicologia participa da avaliação e da suspensão das narrativas dos requerentes, de modo a estabelecer seu acesso aos direitos e às compensações. Refletindo sobre a migração em uma escala global, Papadopoulos, Stephenson e Tsianos (2008) descrevem essa relação entre captura e direito como o duplo R (*rights-representation*¹⁶⁸). As pessoas são incorporadas a sistemas formais que, em troca de direitos, garantem o controle de sua localização, de seus deslocamentos e formas de emprego, de modo que o equilíbrio entre a representação e os direitos torna-se uma condição para a soberania dos Estados. Aqui, o conhecimento psicológico torna-se um artefato que “define a matriz dos direitos positivos e da representação no território nacional, bem como a inexistência de direitos” (PAPADOPOULOS et al., 2008, p. 7) fora do registro oficial.

Psicologia para recuperação emocional

Até aqui, tivemos por foco a maneira como o conhecimento psicológico é mobilizado como parte de um processo de registro de Vítimas e de sua orientação para os usos “produtivos” da compensação. Mas há ainda outra mobilização do conhecimento psicológico, que assume a forma da “assistência psicossocial”. A Lei das Vítimas a define como uma estratégia de reparação paralela à compensação monetária. Desde 2012, a Equipe Psicológica da UARIV tem reunido profissionais de campos diversos,

¹⁶⁸ Direito-representação (Nota do Tradutor).

como as artes, a sociologia, a psicologia, o serviço social e a antropologia de modo a desenvolver estratégias que forneçam “ferramentas que permitam às Vítimas superar a sua dor” (UARIV, 2013). Uma das estratégias é a *Estratégia de Recuperação Emocional* (ERE), usada em todo o território nacional em formato de grupo.

Em visita a uma vila rural, Mariana, profissional psicossocial da UARIV, faz a seguinte pergunta durante a primeira sessão da ERE com uma comunidade de requerentes registrados:



Figura 1. Sessão da ERE (foto dos autores).

Mariana: O que os motivou a aceitar o convite e a vir hoje? (10 segundos) Vamos lá, não sejam tímidos... Tudo bem, então, eu começo. Eu estou aqui porque eu quero contribuir e dar apoio a vocês. Quem continua?

Participante 1: Bem, eu estou aqui porque a moça do centro de assistência me mandou... Ela disse que eu receberia a ajuda que eu quero, então eu vim.

P2: Pra mim é a mesma coisa, a moça disse que isso também poderia ajudar os meus filhos, depois, bom, depois do que aconteceu.

M: É por isso que estamos aqui, é claro, obrigada. Tudo bem, outra pergunta, então. O que vocês querem alcançar com esses encontros?

P3: Bom, talvez mostrar o meu interesse, eu quero fazer o máximo possível para melhorar minha situação.

A sessão continua com a entrega de um caderno de respostas que contém os registros de cada sessão.

Encuentro 1 **Construcción de un contexto**

Sobreviviente

Número de identificación: _____ Edad: _____

Sexo: _____ Ciudad: _____

► En mi tierra se dice "acangojado" cuando una persona se siente mal, en su tierra, ¿qué palabra usan para referir ese sentir?

► De uno a diez, ¿qué tan _____ se siente hoy?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

► Para algunas personas víctimas del conflicto armado, "recuperarse emocionalmente" significa poder "lidiar con la vida". Para usted, en una frase ¿qué significa recuperarse emocionalmente?

► Si estuviéramos en un camino en el que la meta es _____, y ese camino lo recorremos en 10 pasos, ¿en este momento a cuántos pasos está usted de llegar?

PARTIDA 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 META

Figura 2. Caderno de respostas da primeira sessão da ERE (UARIV, 2015b).

Após a entrega do caderno de respostas, Mariana pergunta aos participantes: “Na minha região, quando você se sente mal, você diz que está angustiado. Na região de vocês, que palavra se usa para expressar esse sentimento?” De início, a sala encheu-se de silêncio e de olhares confusos, mas, após alguns exemplos, os participantes começaram a experimentar algumas palavras. Essas incluíam “achilado”, “achicopalado”, “achantado” e “desparcha’o”¹⁶⁹. Por fim, a maioria dos participantes registrou “achantado” em seus cadernos de respostas. Questão seguinte: “De um a dez, quão “achantado” você se sente hoje”? A pergunta Likert-diferencial semântico usa as expressões fornecidas pelos participantes de modo a estabelecer uma aproximação com o estado emocional dos participantes. A pergunta produz expressões de confusão nos presentes. Essas foram as sequências de tradução das experiências emocionais dos

¹⁶⁹ Sinônimos de “triste”, “baqueado”, “melancólico”.

participantes para um dispositivo psicotécnico explicitamente projetado para codificar experiências emocionais de maneira numérica. Há descontinuidades importantes na tradução. Por exemplo, muitos participantes perguntaram repetidamente, a quem estivesse sentado a seu lado, sobre que número deveriam registrar, enquanto outros não liam nem escreviam, o que tornava limitada sua interação com o dispositivo, e outros, ainda, simplesmente não entendiam o propósito de marcar um número. Ao invés de facilitar a atividade planejada para a sessão, ou a confiança necessária para promover a recuperação emocional, uma porção significativa da sessão é usada para o treinamento dos participantes no registro de respostas adequadas nos documentos oficiais.

A sessão continua com uma afirmação e uma questão feitas por Mariana – “Para algumas das Vítimas do conflito armado, ‘recuperação emocional’ significa ‘ser capaz de encarar a vida’. Em uma frase, o que ‘recuperação emocional’ significa para você?” Isso leva a uma enxurrada de palavras vindas dos participantes: “Simplesmente seguir em frente”, “me livrar desses sentimentos”, “parar de me sentir mal” e “superar essas emoções”. Em consonância com o roteiro traçado pelo manual, a pergunta seguinte foi feita por Elvira, outra profissional psicossocial. “Se estivéssemos em uma estrada e o objetivo final fosse livrar-se desses sentimentos, e tivéssemos que percorrer essa estrada em dez passos, onde estar a dez passos de distância significasse estar bem longe, mas estar a um passo de distância significasse estar muito perto do fim da estrada, a quantos passos do fim vocês estariam?”.

Novamente, uma grande parte da sessão é dedicada a ajudar os participantes a completar os registros. Após certificar-se de que cada participante anotou seus números, Mariana finaliza a sessão e lembra os participantes de que não podem ir sem assinar sua presença e as minutas. A rapidez com que os participantes formam uma fila para assinar os documentos, com suas *cédulas* em mãos, lembra os centros de assistência das cidades. Mariana anota seus nomes, o número de suas *cédulas*, os números indicados nos cadernos de respostas e pede que assinem os formulários e registrem suas digitais.

Uma interação especial dá-se entre um participante que marcou dois números em seu caderno de respostas, ao invés de um, e Mariana, que lhe pergunta sobre suas razões para marcar tanto 3 quanto 7. Matias explica que não vê sentido em marcar apenas um número, já que sente emoções diferentes. “Sim, mas você tem que marcar um só, Matias”, diz Mariana, que tem pressa para preencher o formulário final. Matias

responde que não entende por que deve marcar seus sentimentos com um número, mas, após a insistência de Mariana, apaga suas duas marcações e põe um novo círculo em torno do número 1. Quando Mariana pergunta pela razão do novo número, Matias diz, de maneira muito convincente: “Acho que estou só começando, e 10 é o objetivo, então estou marcando 1, porque esse é o começo”. Mariana aceita as razões de Matias e registra o número 1 juntamente ao restante das informações. Matias fica com seu caderno de respostas, e os registros colhidos por Mariana serão então incluídos nos relatórios oficiais da estratégia pela agência central em Bogotá.

As experiências de dor dos participantes, sua memória dos eventos violentos e mesmo sua percepção da inutilidade da quantificação são agora traduzidas para um número, um relatório oficial e um indicador de gerenciamento¹⁷⁰. Dessa forma, corpos são traduzidos para um projeto de Estado, onde formarão a base para um acerto com o passado (ver BROWN, 2016). Não se pode lidar com a dor diretamente, pode-se apenas configurá-la nesse projeto, traduzindo-a para um movimento (de maior para menor, de mais distante para mais próximo), uma tendência que é alinhada a fluxos de recursos.

A reparação a despeito de si mesma

Em visita a outra vila rural, durante a segunda sessão da ERE, o profissional psicossocial, José, distribui folhas de papel e diz: “Vamos pensar em um animal que vocês considerem bem perigoso e vamos desenhá-lo, qualquer animal que vocês consideram perigoso”. A ideia produz risadas e comentários – “Ele precisa ter pernas?” “Eu preciso tê-lo visto pessoalmente?” José ri e afirma que eles são livres para desenhar o animal que quiserem, e assim leões, tubarões, cobras, jacarés e imensos pássaros são desenhados nos papéis. Depois disso, José diz: “Vamos agora pensar na violência nas nossas vidas, vamos pensar nesse animal como a violência ou como aqueles que nos atacaram” e pergunta o que aquele animal fez a eles. José dirige-se a Regina, a primeira participante, repetindo a pergunta, mas ela fica em silêncio, e assim José aproxima-se dela e pede que fale, se assim quiser, deixando claro que ficar em silêncio também é uma opção.

Regina começa a chorar, e José ajoelha-se muito lentamente, tocando suas mãos enquanto espera, em silêncio, por suas palavras, pedindo aos demais que se juntem a Regina em seu silêncio. Uma atmosfera de dor e pesar logo se espalha pela sala. José

¹⁷⁰ Para uma extensa descrição dos usos desses números e indicadores, ver MORA-GÁMEZ (2016b).

pergunta-lhe se ela quer falar e ela responde que sim com a cabeça. José pergunta novamente:

José: O que esse animal fez com você?

Regina: Essa cobra me picou e injetou veneno em mim, um tipo de veneno do qual não consigo me livrar, ela injetou um veneno no meu filho e ele vive doente por causa da lembrança de como eles machucaram a sua mãe (...)

Regina continua sua narrativa, descrevendo os terrores da guerra sofridos especialmente pelos corpos das mulheres. Reina um longo momento de silêncio, até que outra mulher aponta para o seu filho, abraça-o e diz que ele foi o que sobrou em sua vida após a violência. Após seguir as instruções do roteiro da ERE, José e os participantes enchem a sala de leões destruindo famílias, tubarões infectando jovens mulheres com HIV, grandes pássaros levando embora a infância de crianças e deixando-lhes esterilidade e ódio. Expressões como “ele me despedaçou e devorou mulheres” e “ele nos obrigou a fugir” tornam-se parte dos relatos da passagem da violência por suas vidas. Finalmente, José diz algo que os leva a concordar com a cabeça:

Nós usamos desenhos de animais que vivem na natureza, mas estejam cientes de que o que aconteceu a vocês não foi nada natural, não deveria ter acontecido, foi da responsabilidade de atores que violaram seus direitos, daqueles grupos que usam mulheres como instrumentos de guerra, mas não deveria ter acontecido, foi culpa nossa, culpa do governo colombiano, que não estava lá para impedir que isso acontecesse. Por isso, vocês não devem culpar a si mesmas por usarem camisas, saias, maquiagem ou simplesmente por serem mulheres, não!, ninguém tem o direito de atacar vocês por qualquer razão, menos ainda por essas razões (...).

Alguns minutos mais tarde, José lhes pede que citem 5 coisas que os eventos violentos trouxeram às suas vidas e 10 conquistas que eles alcançaram ou esperam alcançar em curto prazo. José auxilia os participantes que precisam de ajuda para escrever. O uso de um número mais alto para as conquistas “torna as conquistas mais visíveis que o evento doloroso, justamente para que eles percebam que são especialistas em lidar com essas situações”. A sessão termina com abraços entre todos os participantes, e encontros individuais com José são marcados. No entanto, os cadernos de respostas da ERE não apareceram na sessão, e os números nunca foram coletados. O roteiro da ERE foi parcialmente seguido, mas o indicador de gerenciamento não foi

registrado, de forma que os formulários, as minutas e as digitais não tiveram parte na organização da sessão.

José explica que o número foi projetado pelas diretivas da equipe psicossocial de Bogotá de maneira a satisfazer às exigências da UARIV. Considerando a “natureza intrusiva do número” e a importância que têm coisas como “acolhimento, contato visual e tempo de escuta”, José decidiu preencher os números em apenas três das nove sessões. Em várias sessões da ERE, em localidades diferentes, nas quais os números foram solicitados, os participantes entenderam o número como “algo para perceber como você está” ou “como a dor diminui”. Outros veem o número como um obstáculo para “colocar a dor em palavras”. Um comentário feito por um participante da ERE ajuda bem a ilustrar seu caráter performativo: “(...) ele os ajuda [aos profissionais psicossociais] a checar se o que eles estão fazendo funciona ou não”.

O fato de as mediações feitas pela ERE tornarem-se evidentes em várias sessões têm propósitos antagônicos. Por um lado, ele pode ser entendido como um dispositivo que, de alguma forma, tem o potencial de organizar um espaço onde as pessoas compartilham suas experiências e se situam como especialistas na recuperação após a dor. De maneira semelhante, consideramos bastante inovadora a tentativa de encorajar o uso das palavras dos próprios participantes para lidar com seus sentimentos. É provável que o sucesso parcial da estratégia, expresso pelos participantes em diferentes visitas, não seja realmente capturado pelo indicador de gerenciamento ou pelo índice de recuperação emocional. Por outro lado, no entanto, é ainda inevitável que a ERE tome algo dos participantes e dos profissionais psicossociais, sob a forma de quantificações que venham a circular em relatórios oficiais.

Em sua maioria, os participantes comentaram uns com os outros a forma como o compartilhamento nas sessões os fez sentir “menos vergonha e culpa” em relação ao seu passado e que eles tinham poucos amigos dos quais não tivessem que esconder suas histórias. Talvez essa seja uma noção de reparação que excede os protocolos psicossociais e as políticas do Estado. Aqui, a reparação emerge dos desvios da ERE realizados pelos seus participantes, que encontram espaços não governados. Ela tem origem em suas experiências afetivas e cria algo imprevisto pelo projeto inicial da ERE. A reparação torna-se significativa para pessoas que buscam recuperação após experiências violentas; além de fazer emergir espaços que excedem o projeto inicial, a reparação aparece como uma conquista relacional, possibilitada por uma traição da lógica de reparação do Estado.

As maneiras pelas quais alguns desses especialistas psicossociais empregam as estratégias e as reflexões que eles encorajam nos participantes da ERE faz deles uma categoria heterogênea. Mais do que a lembrança de episódios que são tidos com possuindo significado pessoal, também chamados memórias autobiográficas (BERNSTEN; RUBIN, 2012), os eventos narrados pelas mulheres desse grupo assemelham-se ao que Reavey e Brown (2014) chamam de memórias vitais. Essas são “(...) tipos de lembranças que são consideravelmente mais difíceis tanto de acomodar à vida cotidiana quanto de reconstruir de formas alternativas” (p. 329) e que são particularmente evidentes em grupos de pessoas geralmente consideradas vulneráveis. Como mostra a experiência de Regina, lembranças desse tipo tornam-se aspectos recorrentes do passado que sempre serão pertinentes e que demandam gerenciamento presente.

A ERE parece facilitar espaços nos quais as pessoas produzem estimativas de seu estado emocional e agem sobre elas de maneira que sua consciência de seus sentimentos, junto com outras atividades, possa facilitar transformações em sua experiência. Considerando o afeto como uma dinâmica relacional (REAVEY; BROWN, 2016), na sessão conduzida por José, o tom das memórias evocadas foi um elemento recorrente na interação entre os participantes, o protocolo e o agente psicossocial. Mais do que consistir em respostas individuais às perguntas feitas por José, a experiência afetiva de lembrar-se de eventos violentos incluiu arranjos de relações entre os detalhes particulares das lembranças dos participantes, os ataques, as expressões, palavras, tempos, lugares e especificidades que se encontravam quando os participantes narravam e compartilhavam suas histórias de abuso sexual e representavam os autores dessas ações em desenhos. Mas ao mesmo tempo a experiência de compartilhar essas lembranças com um grupo de pessoas em circunstâncias semelhantes pode ter incorporado outros elementos ao arranjo afetivo, que podem transformar a própria evocação de maneiras que podem ser úteis para os participantes.

Em espaços como aqueles facilitados pela ERE, surgem semelhanças e diferenças importantes em relação aos centros de assistência e aos procedimentos de registro. Lembranças vitais também são transformadas de maneira relacional pelas práticas institucionais que as evocam, de forma que, por exemplo, ambientes legais e terapêuticos perseguem objetivos diferentes quando evocam eventos difíceis (REAVEY; BROWN, 2016), já que os legais requerem evidência e precisão, ao passo

que os terapêuticos estão interessados em significado e valor simbólico. Entretanto, a evocação de lembranças promovida por José, realizada na ausência de registros, números e assinaturas, parece produzir uma transformação do significado da experiência da violência e da expansão da rede de suporte empático dos participantes.

No que tange à quantificação da recuperação emocional, o mero estabelecimento de uma meta subjetiva numérica pode ter implicações importantes para as experiências dos participantes. Parece que a ERE produz indivíduos mais conscientes de seus sentimentos pessoais, que desenvolvem certas habilidades para superar esses sentimentos que eles consideram debilitantes. Assim, a ERE enreda formas de ação entre os participantes – que, ao lidar com seus sentimentos pessoais, desenvolvem uma nova forma de expertise –, os profissionais psicossociais – enquanto extratores de estimativas e moduladores de novas formas de expertise nos participantes – e a ERE – enquanto dispositivo que produz certa estabilização das diretrizes para a promoção de novas formas de expertise e fornece um indicador parcial do sucesso da estratégia enquanto forma de reparação. Contudo, essa forma de agenciamento é também uma reprodução de certos aspectos das formas mais comuns de relação entre leigos e *experts*. Na maioria desses casos, os *experts* já traçaram um conjunto de estratégias, baseadas em seus pressupostos e em seu conhecimento básico sobre as necessidades de determinadas populações, de forma que os leigos que se logra reconhecer como tais são aqueles que demonstram certo domínio das estratégias.

O que mais merece atenção é a forma como profissionais como José e os grupo de mulheres traduzem, recriam e desviam do design gerencial parcialmente presente na ERE, bem como a forma como certos aspectos emergentes parecem substituir, recuperar, aliviar ou revivificar relações sociais entre os participantes. O que de fato “repara” é algo para além dos próprios dispositivos, o manual, o caderno de respostas ou o indicador de recuperação emocional. Pelo contrário, a reparação pode emergir das alterações e dos deslocamentos feitos pelas pessoas que usam a ERE e se apropriam dela no território nacional. A reparação, entendida como a transformação experimentada e manifesta pelos participantes nas sessões como a conduzida por José, pode ser de fato alcançada por meio dessas apropriações e desses desvios. Portanto, o design gerencial das intervenções e a infraestrutura que o sustenta precisam ser traduzidas (CALLON, 2007) e rearranjados. Pode-se pensar que a intervenção governamental é insuficiente ou mesmo desnecessária, já que é ultrapassada pelo universo de experiências das pessoas afetadas pela violência que são reconhecidas

como Vítimas. Mas, contrariamente ao que algumas abordagens críticas podem dizer a respeito da obsolescência do design, parece que o design gerencial pode às vezes constituir um ponto de partida para que a tradução seja possível nesses espaços. Por outras palavras, as pessoas afetadas pela violência puderam criar arranjos de reparação, puderam transformar sua configuração emocional e social, apesar da reparação governamental, mas, por vezes, com base na mobilização governamental.

A assistência psicológica como traição

Nós estabelecemos a lógica gerencial do sistema de reparação governamental para pessoas registradas como vítimas do conflito armado. O próprio sistema desloca as experiências emocionais daqueles que participam dos procedimentos administrativos para ter acesso a benefícios. Não surpreende que essa lógica seja parcialmente expandida durante o emprego dos protocolos de assistência psicossocial, um conjunto de ferramentas técnicas de gerenciamento das experiências emocionais das pessoas. Contudo, estabelecemos também as configurações alternativas possíveis que emergem dentro do próprio sistema e que permitem outros arranjos para os participantes da ERE.

As reflexões acima levam a uma questão que é crucial para a compreensão das complexas potencialidades da assistência psicossocial enquanto projeto epistêmico na Colômbia pós-conflito. O que se pretende que a tradução de ferramentas psicológicas repare? Ou, questão ainda mais difícil, como pode um dispositivo psicossocial facilitar ou permitir (ou, ao menos, não atrapalhar) a reparação? A reparação montada por tecnologias como a ERE inclui um “mundo social” (DERKSEN; VIKKELSØ; BEAULIEU, 2012) nutrido por uma lógica de justificação ainda parcialmente presente. Mas, no caso particular da ERE, como pode uma tecnologia social ser traduzida de um projeto administrativo para a produção de um mundo social que realmente faz diferença para as experiências afetivas e as vidas cotidianas de seus usuários?

John Law afirma que a tradução consiste em tornar duas palavras equivalentes, mas, “como não há duas palavras equivalentes, a tradução sempre implica em traição (...) de modo que a tradução é tanto uma questão de tornar equivalente quanto uma questão de deslocar. É uma questão de trocar termos de lugar, de ligá-los, de transformá-los” (LAW, 2009, p. 144). Reconhecer a ligação entre os dispositivos de assistência psicossocial e as intervenções do governo não necessariamente significa reproduzir a lógica das últimas. Pelo contrário, os dispositivos de reparação e os seus usuários podem desviar a direção de uso, de forma a buscar mudanças significativas

nas experiências de violência das pessoas. Em outros trabalhos (MORA-GAMEZ, 2016; ALLEN; BROWN, 2016), estabelecemos que os Estados padronizam as experiências das vítimas ao posicionar-se como “actante-voz”¹⁷¹ (ver o uso de “porta-voz” em CALLON, 1986, p. 215). Contudo, as sessões da ERE mostram que os usuários dos dispositivos também podem produzir arranjos nos quais as vozes dos participantes não são necessariamente enfraquecidas. Permitir que os participantes se tornem porta-vozes é algo a ser encorajado, bem como qualquer desvio em direção a isso. Assim, desviar a voz do Estado nas sessões dos protocolos é uma estratégia possível. Desenvolvendo a noção de tradução de Serres, pode-se dizer que a comunicação pode ser traída pelo meio através do qual ela passa. Mas, se olhamos para os efeitos, para o ponto de chegada, ao invés de para o ponto de partida da mensagem, podemos ver essa falha, esse fracasso, como um aspecto inerente do processo de invenção (BROWN, 2002).

Tomando os participantes das sessões de assistência psicossocial como o ponto de chegada da estratégia, podemos pensar na reparação a despeito de si mesma como um processo inventivo que não pode seguir um cronograma ou um plano, mas apenas ser acompanhado, apoiado e, em certas circunstâncias, facilitado. Em vez de uma fidelidade ao exato caminho traçado pelo projeto da ERE, algo diferente é necessário para que a criatividade possa surgir: uma traição do projeto estatal-institucional. Foi justamente isso que José e os participantes da sessão conseguiram fazer ao ignorar a exigência do número, levando o foco para sua experiência afetiva da evocação dos eventos violentos e criando um arranjo de confiança empática que também transforma outros aspectos de sua vida. Essa última conquista não teria sido tão facilmente alcançada se a sessão tivesse sido dedicada à explicação do uso do caderno de respostas da ERE e da lógica da abordagem numérica ao estado emocional atual. *Traições psicossociais que produzem reparação a despeito de si mesma não possuem fórmula ou direção definida*, elas são, pelo contrário, algo que as pessoas permitem, autorizam ou decidem experimentar. Diferentemente do que o projeto original almeja e em oposição a protocolos de intervenção clínicos e de saúde mental, a assistência psicossocial não deveria fazer previsões sobre os resultados de sua implementação,

¹⁷¹ “Spokesactants”, no original. Aqui, substitui-se “person” (pessoa) por “actant” (actante) em “spokesperson” (porta-voz), indicando que aquele que desempenha o papel de porta-voz pode não ser uma pessoa. (N. T.)

mas, justamente, dar-lhes assistência e permitir que as pessoas os criem. *Traições psicossociais criam arranjos que ultrapassam os projetos do Estado.*

Nós dissemos que tecnologias sociais como a ERE têm o potencial de traduzir e traír o projeto gerencial de modo a produzir uma realidade social diferente para os seus usuários. Nossa avaliação não implica em que a presença da ERE garanta, por si só, a emergência de arranjos criativos. Para que traições psicossociais possam surgir, é preciso que alianças e cooperações específicas entre os profissionais psicossociais, os participantes e os usos da ERE coexistam.

Apropriando-nos das ideias de Serres (1982) sobre redes de comunicação, podemos repensar o Estado como o emissor de uma mensagem, os requerentes registrados como os receptores e a assistência e os profissionais psicossociais como as passagens ou os canais dessa relação. Aqui, a abertura de uma passagem deixa espaço para o ruído, a interrupção e a interferência e, portanto, para a transformação potencial. Tal interferência inevitavelmente introduz variações nas trajetórias entre os emissores e os receptores, que representam um paradoxo, já que a comunicação efetiva também implica em um risco de falha. As injeções de diferença podem assumir diferentes formas, que analisam (tomam algo, mas não retribuem), paralisam (interrompem o funcionamento usual) e catalisa (forçam a agir diferentemente). Aqui, os profissionais psicossociais tornam-se ruído, agentes de interferências que paralisam os aspectos gerenciais da reparação e que, ao mesmo tempo, instigam os participantes a desviar-se em direção a interações que eles vêm a considerar significativas, importantes e revigorantes. O papel do agente de interferência e mediador envolve a realização de tarefas adicionais, que consistem na compreensão do que as pessoas esperam reconquistar, posicionando o conhecimento psicológico já existente sobre como lidar com experiências de dor. Tais tarefas fazem dos profissionais psicossociais agentes híbridos, já que são, em sua maioria, representantes do Estado, agentes de interferência na reparação e traidores criativos, capazes de promover a reparação a despeito de si mesma.

Assistência psicossocial: um debate em andamento

Nós exploramos a maneira como, por um lado, o conhecimento psicológico participa de avaliações administrativas que colocam em pausa as experiências de dor das pessoas sem as reconhecer propriamente. Por outro lado, o conhecimento psicológico, na forma da ERE, também é capaz de interferir na lógica de reparação administrativa. Dessa

forma, a assistência psicossocial pode assumir a forma de quantificações que se tornam indicadores e números oficiais. Mas, ao mesmo tempo, a assistência psicossocial torna-se um espaço em que desvios da quantificação são possíveis. Os profissionais psicossociais reconhecem as limitações dos números e dos indicadores gerenciais como os produzidos pela ERE, entre outras estratégias. Entretanto, eles também estão cientes de que tais números “fazem o dinheiro continuar vindo”. Assim, o aspecto gerencial da reparação estatal inevitavelmente estende-se até a assistência psicossocial. Os mesmos indicadores gerenciais sugerem que, entre 2013 e 2016, pelo menos oitenta mil pessoas participaram de sessões da ERE no país, um total que representa uma parte importante das 426.031 Vítimas registradas que receberam compensações até 2016.

A multiplicidade da assistência psicossocial fica evidente também nos debates públicos em andamento sobre as políticas de reparação. Ao final de 2017, o Ministério da Proteção Social ainda estava escolhendo a melhor estratégia para fornecer atenção psicológica aos requerentes registrados restantes através de um Plano Nacional de Assistência Psicossocial a Vítimas (PAPSIVI), implementado no sistema de saúde nacional. A equipe psicossocial da UARIV foi consultada a respeito desses planos, mas a associação profissional de psicologia (COLPSIC) também foi, o que produziu tensões em torno do tópico. A ERE estava na lista de opções de protocolos potenciais a serem amplamente empregados no país. Contudo, associações acadêmicas e profissionais de psicólogos defenderam a implementação de protocolos baseados em evidências, tais como a Técnica de Exposição Narrativa e modelos de terapia breve para TEPT, depressão e ansiedade, bem como a implementação de instrumentos como o Inventário Multiescala de Avaliação Psicossocial, testes de triagem, entre outros métodos de avaliação da eficácia das intervenções e das condições mentais e psicossociais das pessoas (COLPSIC, 2015).

Sobre as futuras direções do PAPSIVI, um primeiro fórum nacional foi realizado pela COLPSIC de 2014 a 2015 em diferentes cidades do país. Como base para a discussão feita pelos debatedores, a COLPSIC escreveu uma comunicação direcionada a cada um de seus membros, dizendo:

Há relatos de problemas na implementação de intervenções grupais e individuais que buscam fornecer uma resposta plena às necessidades particulares das pessoas (com deficiências, com transtornos psiquiátricos, de diferentes origens regionais etc.). Assim, alcançar uma caracterização contribuirá para a compreensão dos problemas, das características, das necessidades, dos interesses e das interpretações particulares dessas populações, o que melhorará a assistência (...) é importante reconhecer que

o propósito da intervenção não é a pesquisa, mas a contribuição para a qualidade de vida das pessoas e para o bem-estar da comunidade, de modo que as habilidades necessárias para o registro, a coleta, a organização e a transmissão da informação devem ser fortalecidas [nos psicólogos] (COLPSIC, 2015)

A rota sugerida pela COLPSIC reproduz, precisamente, a lógica administrativa da eficácia presente no sistema estatal de reparação e, talvez por isso, essa abordagem predominará fortemente no PAPSIVI resultante. Muito embora a tensão ainda esteja por se resolver e tenha mobilizado fóruns, colóquios e diferentes tipos de eventos acadêmicos, organizados pela COLPSIC e pela Associação Colombiana de Faculdades de Psicologia (ASCOFAPSI), o futuro da assistência psicossocial na Colômbia ainda está em debate. Enquanto protocolos como a ERE e outros parecidos continuam a ser empregados, cresce o número de relatórios favoráveis a estratégias quantitativas (ver MOYA, 2014), psicométricas e empiricamente validadas. Projetos epistêmicos psicológicos que buscam quantificação-administração coexistem, então, com projetos que deixam espaço para interferências e para traições da lógica estatal-administrativa. No momento, a lógica do projeto administrativo parece continuar a existir. Essa coexistência de projetos epistêmicos psicológicos dá-se em um espectro de espaços instituídos e não instituídos que merece maior atenção. Contudo, apesar de formas instituídas de psicologia priorizarem formas de conhecimento bastante baseadas em mensurações quantitativas, outras formas de conhecimento psicológico, situados na experiência cotidiana, podem também surgir, redistribuindo o poder de ação. Enquanto houver quantificação e números a produzir, as traições psicossociais terão a oportunidade de participar da reparação; uma forma de reparação que ocorre a despeito de si mesma.

Conclusão

O ponto até o qual a psicologia moderna constitui uma forma de governamentalidade, um meio de exercer a razão política no nível dos corpos e das subjetividades, é bem estabelecido (ROSE, 1996; PARKER, 2007; HOOK, 2007). Nesse sentido, o caso da “assistência psicossocial” é um exemplo particularmente vívido, mas nem um pouco excepcional. Mas isso é tratar a psicologia como estando a serviço do Estado moderno, ao invés de olhar da perspectiva do projeto epistêmico específico que guia a disciplina como um todo. Ou, por outras palavras, se nos voltarmos daquilo que a psicologia *faz*

para a lógica de *como ela produz a si mesma* como disciplina, a especificidade do caso colombiano se torna visível.

O envolvimento de ferramentas e da avaliação psicológicas serve como uma forma de “triagem” no processo de registro junto ao RUV. Ela estabelece ordens de magnitude em relação a experiências de conflito que são então mapeadas diretamente para valores econômicos. No entanto, ao assim fazer, ela cria também uma suspensão ou pausa no processo (JARAMILLO, 2012). Essa suspensão se estende, formando um longo processo em que se é “administrado”. A triagem é geralmente entendida como um processo de priorização dos recursos disponíveis em situações críticas. Nesse caso, ela é um ordenamento de extremos, preocupada com distinções entre categorias ao invés de com a urgência das necessidades (que se pense em Elias). É mais importante situar corretamente um requerente relativamente aos parâmetros gerais da população do que ordená-los quanto à urgência de suas necessidades.

Eis um processo interessante de tradução, em que o conflito e o sofrimento são transformados em indicadores, em utilidade e capacidade econômicas. A reparação estatal torna-se então condicionada à obtenção de um lugar em um projeto sócio-político. Aqui, a psicologia passa da identificação do “dano” à identificação de “habilidades e capacidades” emergentes. Ela é o meio pelo qual uma transformação extraordinária se dá, em que Vítimas tornam-se Sujeitos Produtivos e a compensação torna-se investimento. Pode ser útil refletir, aqui, sobre a etimologia do termo “reparação”. Costuma-se enxergar o significado desse termo como vindo de “reparar”, consertar ou corrigir algum dano. Contudo, a raiz está no termo *reparare*, que em latim significa “tornar apto outra vez”. Aqui, a psicologia permite aos cidadãos entrar em novo pacto com o Estado, no qual estão prontos para um novo futuro econômico.

A assistência psicossocial, em si, tal como a vimos ser administrada, ocupa-se mais das populações que dos casos individuais. As tendências gerais, tais como coletadas pelo centro que é a UARIV, parecem guiar o processo. As vítimas entram no processo na esperança de afirmar suas experiências, pela oportunidade de contar suas histórias. Mas o direito de falar é condicionado à demanda de que se fale de uma forma particular – de que se aprenda a traduzir o sofrimento para uma forma numérica. Os dispositivos projetados para o processo criam um tipo de equivalência entre experiências traumáticas e extremas, que devem ser distinguidas por diferenças de grau. Isso exclui a possibilidade de haver outras diferenças, morais, emocionais ou políticas em tornos delas.

Mas aqui, bem no meio do exercício de tradução do passado colombiano para uma visão de seu futuro psicossocial, há uma espécie de rachadura no processo. Quando a conta não fecha, quando o exercício de coleta de dados em nível populacional cria um espaço onde existe a possibilidade de que algo diferente se dê. A reparação é, fundamentalmente, um processo temporal, o que a psicologia tem dificuldade de aprender adequadamente, dada sua dificuldade de teorizar adequadamente sobre o tempo irreversível. A reparação precisa emergir, ao invés de ser organizada como uma orientação. Quando José assume as rédeas da coleta de dados, surge um espaço onde se passa algo que pode ser um vislumbre de reparação. A reparação parece ocorrer quando o Estado entra na indeterminação de ao mesmo tempo traduzir e ser incapaz de traduzir as experiências das vítimas, quando a psicologia é forçada a fazer uma pausa e a dar sentido à experiência. No entanto, a reparação a despeito de si mesma é produzida quando traições psicossociais igualmente suspendem a lógica administrativa como parte do arranjo.

Referências bibliográficas

- ALLEN, M.; BROWN, S. D. Undecided life: Standards, subjects, and sovereignty in compensating victims of the war on terror. *Theory & Psychology*, v. 26, n. 2, p. 263-283, 2016.
- BERNTSEN, D.; RUBIN, D. C. (Eds.). *Understanding autobiographical memory: theories and approaches*. Cambridge University Press, 2012.
- BRITTAIN, J. J.; PETRAS, J. *Revolutionary social change in Colombia: The origin and direction of the FARC-EP*. Pluto Press, 2010.
- BROWN, S. D. Michel Serres: Science, translation and the logic of the parasite. *Theory, culture & society*, v. 19, n. 3, p. 1-27, 2002.
- _____. Violence and creation: The recovery of the body in the work of Elaine Scarry. *Subjectivity*, v. 9, n. 4, p. 439-458, 2016.
- REAVEY, P.; BROWN, S. *Vital memory and affect: Living with a difficult past*. Routledge, 2015.
- CALLON, M. Some elements of a sociology of translation. *The Politics of Interventions*, p. 57-78, 2007.
- CLARK, D.M. Realizing the Mass Public Benefit of Evidence-Based Psychological Therapies: The IAPT Program. *Annu. Rev. Clin. Psychol.*, v. 14, p. 159-183, 2018.
- CODHES. *Desplazamiento: hacia un fracaso en la Seguridad Democrática en Colombia*. Congressional Human Rights Caucus on Displacement in Afrocolombian and Indigenous Communities, 8 de junho de 2005, Washington D.C.
- COLPSIC. *Informe de documentación, Conversatorios: El rol de intervención psicosocial, la psicología y la salud mental en los diferentes escenarios de conflicto armado en Colombia*. Colombia: Colegio Colombiano de Psicólogos, 2015.
- CRISTO-BUSTOS, J. F. *La Guerra por las Víctimas: lo que nunca se supo de la ley*. Grupo Zeta, 2012.
- DERKSEN, M.; VIKKELSØ, S.; BEAULIEU, A. Social technologies: Cross-disciplinary reflections on technologies in and from the social sciences. *Theory & Psychology*, v. 22, n.2, p. 139-147, 2012.
- FRANCO-GAMBOA, A. Fronteras simbólicas entre expertos y víctimas de la guerra en Colombia. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, n. 24, 2016.
- GMH. *¡Basta ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad*. Bogotá, Centro de Memoria Histórica, 2013.
- HOBFOLL, S. E.; SPIELBERGER, C. D.; BREZNITZ, S.; FIGLEY, C.; FOLKMAN, S.; LEPPERGREN, B.; MEICHENBAUM, D.; MILGRAM, N. A.; SANDLER, I.; SARASON, J.; VAN DER KOLK, B. War-related stress: Addressing the stress of war and other traumatic events. *American Psychologist*, v. 46, n. 8, p. 848-55, 1991.

- HOOK, D. *Foucault, Psychology and the Analytics of Power*. Basingstoke: Palgrave, 2007.
- IBÁÑEZ, A. M.; VELÁSQUEZ, A. *El proceso de identificación de víctimas de los conflictos civiles: una evaluación para la población desplazada en Colombia*. Bogotá, CEDE, 2006.
- JARAMILLO, P. Deuda, desesperación y reparaciones inconclusas en la Guajira, Colombia. *Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología*, n. 14, p. 41-65, 2012.
- IDMC. Global IDP estimates by December 31, 2017. Disponible em: <http://www.internal-displacement.org/countries/colombia>. Acceso em: 20 ago. 2018.
- LAMPLAND, M.; STAR, S. L. (Eds.). *Standards and their stories: How quantifying, classifying, and formalizing practices shape everyday life*. Cornell University Press, 2009.
- LAW, J. Actor network theory and material semiotics. In: TURNER, B. S. (Ed.) *The New Blackwell Companion to Social Theory*. Blackwell, 2008, p. 141-158.
- LAWRANCE, B. N.; RUFFER, G. (Eds.). *Adjudicating Refugee and Asylum Status*. Cambridge University Press, 2015.
- LEUENBERGER, C. Socialist psychotherapy and its dissidents. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 37, n. 3, p. 261-273, 2001.
- MORA-GÁMEZ, F. Reconocimiento de víctimas del conflicto armado en Colombia: sobre tecnologías de representación y configuraciones de Estado. *Universitas humanística*, n. 82, p. 75-101, 2016a.
- _____. *Reparation beyond Statehood: Assembling Rights Restitution in Post-Conflict Colombia*. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia) – College of Social Science, University of Leicester, Leicester, 2016b.
- MOYA, A. *¿Pueden la violencia y los trastornos mentales condenar a la población desplazada a una situación de pobreza crónica?* (No. 010998). Universidad de Los Andes-CEDE, 2014.
- PAPADOPOULOS, D.; STEPHENSON, N.; TSIANOS, V. *Escape routes: control and subversion in the 21st century*. Londres; Ann Arbor: Pluto Press, 2008.
- PARKER, I. *Revolution in Psychology*. London: Routledge, 2007.
- RESTREPO, O.; GUERRA, S.; ASHMORE, M. La ciudadanía de papel: ensamblando la cédula y el Estado. In: RESTREPO, O. (ed.). *Proyecto Ensamblado en Colombia. Tomo 1. Ensamblando estados*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013. p. 277-329.
- ROMERO, M. *El desplazamiento en tiempos de "seguridad democrática"*. In: Seminario "Territorio, patrimonio y desplazamiento". Bogotá: Procuraduría General de la Nación y Consejo Noruego para los Refugiados, 2006, Bogotá.
- ROSE, N. *Inventing Our Selves: Psychology, power and personhood*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- UARIV. "Personería de Bogotá y Unidad para las Víctimas en 'twitcam'" in Noticias, 2013. Disponible em: <http://www.unidadvictimas.gov.co/es/sala-de-prensa/noticias>. Acceso em: 20 jun. 2017.
- _____. *Informe al Congreso de la República de Colombia*, 2014.
- _____. *Registro Único de Víctimas Colombia*, 2016. Disponible em: <http://rmi.unidadvictimas.gov.co/?q=node/107>. Acceso em: 01 abr. 2017

